

A crise econômica aperta o cerco

A abrupta valorização do dólar em 15,8%, no mês de setembro, foi um sinal de que os especuladores podem recorrer à volatilidade financeira para defender seus interesses.

O governo teve seu primeiro susto. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, não tem feito outra coisa senão reclamar da enxurrada de dólares provocada pelas emissões do Banco Central norte-americano (Fed) e da falta de iniciativa dos governos europeus de coordenarem uma ação decisiva para breçar o processo de desabamento econômico-financeiro do velho continente.

As autoridades petistas acham que o Brasil tem moral para espernear porque vem cumprindo suas obrigações com o capital usurário, obtendo o superávit primário de 3,5%, pagamento de juros de reais em juros, acumulando uma reserva cambial jamais vista no País, arreganhando seu mercado para os tais investidores, importando horrores e subsidiando as multinacionais.

Com essa insígnia, Dilma Rousseff reivindica um lugar ao Brasil na ordem das potências. Diz que o País está preparado para contribuir nas soluções para a crise mundial. Mas que é preciso que todos deem as mãos para saírem juntos do redemoinho que ganhou força a partir dos Estados Unidos em 2008. Um País que tem ajudado o mundo com crescimento na qualidade de “emergente” merece cuidados e considerações das potências que hoje são locomotivas da desaceleração e de uma possível recessão.

Guido Mantega não se conforma com a desorganização em andamento interna ao Brasil por razões externas. Ou seja, considera inaceitável a política econômica dos Estados Unidos de provocar uma onda oscilatória do câmbio, evidentemente utilizada para a “guerra comercial”. E diante da atordoada burguesia europeia, o aflito ministro brasileiro se diz disposto a contribuir com fundos, ainda que em um pequeno montante. Para Guido, mais vale a vontade da semicolônia em ajudar as potências porque, no final das contas, o capitalismo precisa ser salvo e o Brasil ganha com isso.

Ocorre que a crise de superprodução e de estreitamento das margens de valorização do capital parasitário pela via especulativa tem de ser descarregada sobre os elos mais débeis, que são os países de economia atrasada e subjugada pelo imperialismo. O crescimento econômico no Brasil decorre, em grande medida, do impulso dado pelo capital internacional. É o que mostra a vultosa invasão de capital externo. Os Estados Unidos vão se defender como lhes for conveniente. As frações mais poderosas da burguesia europeia terão a proteção de seus Estados. O imperialismo determina as medidas a serem tomadas em toda a parte. Os governos das semicolônias poderão lançar mão desde ou daquele recurso interno, mas na ordem geral terão de se conformar.

A fração industrial brasileira reclama que vem perdendo terreno e que há um processo de desindustrialização acelerado devido à inércia governamental perante o câmbio desfavorável às exportações. Exibe os números da crescente importação de manufaturados. Quer, portanto, proteção do Estado. O capital industrial jura que não pretende o protecionismo e que é amante do livre-comércio. Precisa unicamente de justiça. Não pode ser mais prejudicado com o alto custo de produção interna, que lhe tira capacidade de concorrência com os produtos baratos da China.

O governo petista, cujo partido no passado espumava só de ouvir o nome de capital financeiro, compartilha com as dores dos industriais. No entanto, deve ter o cuidado em não cutucar a onça com a vara curta. Esse provérbio é sábio para qualquer governo burguês semicolonial. Em meio à confusão mundial, Dilma resolveu sair da delicada posição de encher os cofres dos investidores e atender um pouco os reclamos da fração industrial. Lançou o Plano Brasil Maior, que de um lado favorece as multinacionais e, de outro, acena com algum alívio para certos ramos da indústria nacional (têxteis, móveis, calçados). Baixou medidas paliativas que oneram o capital especulativo vindo de fora (IOF). E resolveu taxar a importação de carros asiáticos em 30%. As multinacionais aqui instaladas acharam bom, embora estivessem se valendo também de importações. Em combinação com o Banco Central, a taxa de juros Selic foi reduzida de 12,5% para 12%.

Essas ações pareceram justificadas aos olhos da burguesia brasileira e, até certo ponto, compreensível para o FMI. A razão está em que o novo governo é obrigado a empiricamente responder ao fluxo da crise. O problema reside em tentar apagar uma labareda num dos cantos, enquanto que outras flamejam. O Plano Brasil Maior acabou sendo criticado. A redução da Selic não modifica o fato de ser a maior taxa mundial. E a barreira alfandegária em favor da reserva de mercado às multinacionais serve para manter o preço dos carros aqui produzidos como também um dos mais elevados.

A repentina valorização do dólar obrigou o governo a voltar ao mercado de moedas como vendedor. A fração industrial que deveria bater palmas ficou paralisada. Não era a hora de defender a desvalorização do Real para ganhar escala de exportação e rebaixar os salários internos? Não o fez. Assim, caiu a máscara. Em torno do câmbio, a burguesia industrial reclamava de fato tão somente subsídios governamentais e bloqueio seletivo às importações da China. O movimento contra a desindustrialização se resumiu a atacar o câmbio chinês, como vêm fazendo as potências. Imediatamente, sobreveio o temor de que a valorização do dólar atingirá poderosos setores industriais e comerciais que aproveitaram o Real elevado para fazer dívida em dólar.

No momento, a contenção da valorização aliviou as tensões do governo. Os especuladores apenas deram um sinal de que a volatilidade pode ser utilizada a qualquer momento. O comércio exterior, o câmbio e os ramos fundamentais da produção estão sob o controle do capital financeiro internacional. Foi apenas um ensaio de que a crise mundial arrasta o Brasil e que sua economia equivale a um barco em meio ao maremoto.

O fundamental está na tendência à desaceleração do crescimento. A estimativa mais provável é que o Brasil crescerá entre 3% a 3,8%. Uma queda considerável diante de um crescimento de 7,5%, em 2010. Os setores que ainda resistem à recessão são os de serviços e de comércio. A indústria sofreu o impacto de 2008 e não se levantou. A revisão do FMI de menor crescimento mundial lança sombra sobre o Brasil.

O governo indicou com precisão que atacará a vida das massas. Usa e usará o argumento de que diante da crise não poderá sustentar a política anterior de “distribuição de renda” e “inclusão social”. O primeiro aceno foi dado com a contenção do reajuste do salário mínimo. Não se sabe se cumprirá o prometido aumento em 2012. No horizonte, vislumbram-se demissões em massa e um brutal arrocho salarial.

A eclosão de greves no funcionalismo e o despontar de movimentos na classe operária expressam a resistência instintiva dos explorados na situação de confisco inflacionário dos salários. O governo e o patronato estão unidos contra qualquer concessão aos grevistas. A Justiça vem agindo com prontidão, tornando as greves abusivas e reprimindo-as. As montadoras admitiram um pequeno aumento acima da inflação oficial, que não corresponde à alta real do custo de vida. Isso por que obteve do governo cortes de impostos. A lua de mel entre a burocracia sindical e as multinacionais do setor automobilístico vai acabar.

O problema está em que a classe operária foi intoxicada pelos oito anos de lulismo e cercada pela burocracia sindical petista. As margens de manobra dos burocratas estão diminuindo. A tarefa da situação consiste em trabalhar no seio dos explorados com as reivindicações que as protejam dos ataques dos capitalistas e de seu governo. Partindo de suas necessidades, é possível desenvolver o programa proletário de enfrentamento da crise.